

HABEAS CORPUS Nº 525.491 - SP (2019/0230793-9)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : THIAGO BAESSO RODRIGUES
ADVOGADO : THIAGO BAESSO RODRIGUES - SP301754
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDIR RIBEIRO DA CUNHA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

rata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, impetrado em favor de EDIR RIBEIRO DA CUNHA, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Sustenta o impetrante, em síntese, que o acórdão que negou provimento ao recurso de apelação ainda não foi publicado.

Alega que *"a ordem de prisão partiu na data da seção de julgamento do referido apelo, ou seja, não houve prazo para apresentação de qualquer recurso ainda cabível, como embargos de declaração, por exemplo. Imperioso destacar que a defesa não foi intimada do acórdão. Aliás, referido acórdão sequer foi juntado aos autos, conforme comprova cópia integral do processo acostado ao presente HC"* (fl. 5).

Requer *"a concessão da liminar nos termos da fundamentação supra para o fim de que seja emitido contramandado de prisão em favor do paciente EDIR RIBEIRO DA CUNHA no Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Tabapuã/SP garantindo ao paciente a manutenção da sua liberdade até o esgotamento da instância ordinária, pois ainda pendente de recursos"* (fl. 10).

Pedido liminar deferido às fls. 396-397.

Informações prestadas às fls. 402-479 e fls. 531-543.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 524-526 pela concessão do **writ**, em parecer assim ementado:

"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO INADEQUADA DO WRIT. NÃO CONHECIMENTO. CRIMES DOS ARTIGOS 306 E 307 DO CTB. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO. PROCEDÊNCIA DAS ADC'S 43 E 44. MUDANÇA DE POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS OU_f SE CONHECIDO. PELA CONCESSÃO DA ORDEM".

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Isto porque verifico nas informações prestadas pelo Tribunal de origem às fls. 531-543 que *"contra a decisão que não admitiu o recurso especial interposto em benefício do ora paciente, insurgiu-se o causídico, sendo os autos de nº 0000180-98.2017.8.26.0558 remetidos a esse Colendo Sodalício para apreciação. Anoto ademais, conforme folha de antecedentes e extrato de movimentação carcerária, que Edir encontra-se egresso desde 27 de setembro transato"*.

Sob tal contexto, verifico que o presente **writ** perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do RISTJ, julgo o presente **habeas corpus** prejudicado.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator